

# A CONTRIBUIÇÃO CHINESA PARA A ESTABILIZAÇÃO DO AFGANISTÃO “DEMOCRÁTICO”

Łukasz Jureńczyk<sup>1</sup>

## Introdução:

A República Popular da China e o Afeganistão estabeleceram relações diplomáticas em 1955. Nas décadas seguintes da Guerra Fria, porém, as relações entre os países foram limitadas devido aos principais direcionamentos das políticas externas de ambos os países. O Afeganistão concentrou-se em equilibrar a influência da URSS e dos EUA em seu território. A China, por sua vez, adotou uma postura rotativa em relação às superpotências e, na região, fortaleceu a cooperação política, econômica e militar com o Paquistão (Zaborowski 2012, 142). Na década de 1970, a China apoiou o partido pró-comunista Shu'lai Javid (Chama Eterna) que operava no Afeganistão. Membros da Parcham, a ala pró-Moscou do Partido Democrático do Povo do Afeganistão (PDPA), desdenhosamente descreveram seus membros como maoístas (Levi-Sanchez 2017, 46). Durante a ocupação soviética do Afeganistão, Pequim permitiu que os combatentes muçulmanos uigures de Xinjiang passassem pelo Corredor Wakhan para o Afeganistão, a fim de apoiar a insurgência mujahideen lá. Naquela época, as relações políticas entre os estados eram mantidas apenas no nível consular.

Em fevereiro de 1989, os soviéticos retiraram suas tropas do Afeganistão e, em setembro de 1992, o último presidente comunista - Mohammad Najibullah (09.1987-09.1992) foi derrubado. No entanto, isso não encerrou a guerra civil, pois grupos individuais de mujahideen lutaram por influência no país. A guerra desestabilizou não apenas o Afeganistão, mas também as áreas fronteiriças dos países vizinhos, incluindo a fronteira

---

<sup>1</sup> Professor associado, chefe do Departamento de Política de Segurança, Faculdade de Ciência Política e Administração, Kazimierz Wielki University em Bydgoszcz, Polônia.

ocidental da RPC. Em 1992 o Presidente do Afeganistão - Burhanuddin Rabbani (06.1992-09.1996) tentou normalizar as relações com Pequim, mas devido ao aumento das operações militares em 1993, a China retirou sua representação diplomática de Cabul. Quando o Talibã assumiu o poder no Afeganistão em 1996 o país caiu em um isolamento internacional do qual a China participou. Durante o regime talibã o Afeganistão acolheu a Al-Qaeda, que treinou cerca de 1.000 combatentes uigures nos campos de lá. Em Pequim isso causou séria preocupação e encorajou as autoridades chinesas a intensificar a cooperação de segurança com o Paquistão. De acordo com líderes do Partido Comunista Chinês (PCC), a maioria dos problemas de segurança na província de Xinjiang, dominada pelos muçulmanos, era causada pelo vizinho Afeganistão. Por exemplo, os incidentes de 1997 na província, conhecidos como os distúrbios de Yining, foram considerados inspirados pelo Talibã (Cheema 2002, 308).

## China se Aproximando da Coalizão Internacional Antiterrorismo no Afeganistão

Após os ataques da Al-Qaeda ao World Trade Center e ao Pentágono em 11 de setembro de 2001 os Estados Unidos declararam uma guerra global ao terror que começou com a intervenção militar no Afeganistão. Apesar de algumas reservas, a RPC não se opôs à invasão norte-americana de seu vizinho. Ofereceu cooperação de inteligência aos EUA em termos de compartilhamento de informações sobre grupos jihadistas que operam na região (Ali 2015, 116 e 121). Era do interesse de Pequim, pois esses grupos colaboravam com combatentes uigures. A China também encorajou o Presidente do Paquistão - Pervez Musharraf (06.2001-08.2008) a cooperar com Washington no Afeganistão. É discutível se a China realmente queria facilitar a operação da coalizão antiterrorista no Afeganistão ou se foi uma estratégia para aprofundar as crescentes atitudes antiamericanas entre os paquistaneses. Pequim decidiu não dar um apoio mais sério aos EUA durante a Operação *Enduring Freedom*. Impediu o uso de seus aeroportos e espaço aéreo para operações de combate e até mesmo fornecer ajuda humanitária aos afegãos (Roberts 2015, 101 e 149).

A RPC permaneceu reservada em ajudar os americanos durante a guerra no Afeganistão, apesar de também ter sido conduzida em seu interesse (Ruttig 2014, 182). O objetivo da guerra era acabar com a Al-Qaeda e derrubar o Talibã, que era o principal apoio externo aos separatistas de Xinjiang. Durante a guerra, os americanos capturaram e detiveram 22 combatentes uigures em

um campo em Guantánamo (Zhao 2012, 3). As ações militares da OTAN no Afeganistão e em outros lugares levaram a um enfraquecimento significativo da Al-Qaeda e à remoção temporária do Talibã do poder. No entanto, esses agrupamentos não foram finalmente derrotados devido aos portos seguros no Paquistão, incluindo as Áreas Tribais Administradas Federalmente (FATA). Por esta razão, a fronteira da China com o Afeganistão e o Paquistão tem sido protegida por tropas relativamente bem equipadas, mas não é impenetrável. O apoio aos separatistas uigures do Talibã e da Al-Qaeda tem sido limitado, mas eles ainda recebem armas e explosivos de extremistas e jihadistas que operam na região (Kam 2017, 193-194). A recuperação do poder talibã no Afeganistão em agosto de 2021 potencialmente aumenta a possibilidade desse apoio.

Os Estados Unidos perderam uma década em conflitos armados nas duas principais frentes da guerra global contra o terror - Afeganistão e Iraque. Incorreram em um custo enorme, tanto em termos financeiros e de equipamentos, como humanos e de imagem. Pode-se argumentar que os americanos sofreram uma dupla derrota na guerra global contra o terror. Em primeiro lugar, seus esforços não trouxeram os resultados esperados, ou seja, estabilizar os países ocupados e consolidar sua influência neles. Em segundo lugar, eles negligenciaram áreas de ainda mais importância geopolítica, como o Leste Asiático e o Sudeste Asiático (Denmark 2015, 16). Atualmente, Washington está tentando reorientar sua estratégia para essas regiões e, mais amplamente, para todo o Indo-Pacífico, a fim de manter sua posição dominante lá. A China, por sua vez, aproveitou o tempo da guerra global contra o terror para um crescimento econômico impressionante (o PIB saltou de US\$ 1,3 trilhão em 2001 para US\$ 14,7 trilhões em 2020) e desenvolvimento tecnológico e militar. Também fortaleceu sua influência em várias partes do mundo, principalmente na Ásia e na África. Pequim está ciente de que o pivô de Washington para o Indo-Pacífico visa principalmente a China, que está crescendo rapidamente em força. Até agora, no entanto, a RPC evitou um confronto aberto com os EUA, o que poderia dificultar a realização de seu principal objetivo estratégico, ou seja, construir um ambiente interno e externo estável, permitindo a continuação da expansão econômica (Yuan 2015, 30). Por outro lado, mostra uma atitude cada vez mais assertiva no Mar do Sul da China e no Mar da China Oriental, defendendo aí os seus interesses estratégicos (Medcalf 2015, 167).

A RPC foi muito menos determinada do que os EUA em termos de fortalecer sua influência no Afeganistão. Pequim estava confortável com a coalizão antiterrorista liderada por Washington desempenhando um papel importante no Afeganistão em termos de segurança. Apesar da grande ameaça representada pela vizinhança do Afeganistão, a China não estava interessada

em incorrer em custos tão substanciais para estabilizar o país como fizeram os americanos ou muitos de seus aliados da OTAN (Tai 2015, 161-162). Nos anos de 2001-2021, os EUA alocaram US\$ 825 bilhões diretamente para esse fim, e a China não contribuiu de fato. Durante este período, 2.442 soldados americanos e nenhum soldado chinês foram mortos no Afeganistão (Duzor 2021). Pequim capitalizou a dedicação dos EUA e de outros aliados e países parceiros da OTAN. Sem fazer uma contribuição militar e financeira adequada, concentrou-se em perseguir seus próprios interesses econômicos no país. A atitude de Pequim despertou irritação e críticas justificadas de membros ativos da coalizão antiterrorista. Tentaram forçar a China a enviar um contingente militar ao Afeganistão e fazer uma contribuição financeira muito maior para o processo de reconstrução do país no pós-guerra, mas não conseguiram os resultados esperados.

A China até se distanciou do conceito da chamada Rede de Distribuição do Norte (NDN). O objetivo do empreendimento era abastecer a Força Internacional de Assistência à Segurança (ISAF) do norte, pois os suprimentos do sul via Paquistão eram constantemente ameaçados por ataques do Talibã local. A rota NDN partia do Mar Báltico e do Mar Negro, através da Rússia e dos países da Ásia Central, chegando ao Afeganistão principalmente através do Uzbequistão e parcialmente do Tadjiquistão. Deve-se notar que esta rota forneceu à ISAF apenas suprimentos que não eram de combate. A participação da China no projeto foi extremamente modesta e se tratou da construção de alguns trechos da rota. Pode-se supor que o envolvimento da China nesses trabalhos não foi motivado pela facilitação da operação da ISAF. Um motivo muito mais provável foi o interesse da RPC visando a integração dos mercados da Ásia Central e do Sul através do desenvolvimento de redes de comunicação (Opacin 2015, 55). Pequim decidiu não abrir para a ISAF uma rota no Corredor de Wakhan que liga o Afeganistão à China. Vale a pena notar que para a OTAN seria primordialmente simbólico, mostrando a solidariedade das grandes potências na luta contra o Talibã. Devido às difíceis condições geográficas e climáticas da área e à falta de infra-estrutura de transporte adequada, o corredor na fronteira sino-afegã certamente não se tornaria a principal rota de abastecimento de equipamentos não bélicos para a ISAF. A recusa inequívoca da China baseou-se em duas premissas básicas. Primeiro, a RPC evitou se envolver na campanha de guerra dos EUA no Afeganistão. Em segundo lugar, queria manter os americanos longe da província de Xinjiang e do Tibete (Zhao 2012, 8). A razão é a pressão de Washington sobre Pequim por décadas para que respeite os direitos humanos e a diversidade cultural dos habitantes dessas regiões chinesas (Ali 2008, 156).

## Objetivos Estratégicos e Prioridades para o Envolvimento da China no Afeganistão ‘Democrático’

De acordo com a teoria da paz capitalista, o desenvolvimento sustentável e o estreitamento das relações econômicas entre os parceiros reduzem o risco de um conflito armado. A RPC intensiva em recursos estava empenhada em aumentar a segurança do Afeganistão rico em recursos, e fê-lo utilizando métodos econômicos. Os objetivos comuns de ambos os países eram a segurança e o desenvolvimento, o que os encorajou a cooperar. Na prática, isso levaria não apenas à segurança das relações sino-afegãs, mas também à estabilização de toda a região (Opacín 2015, 56-57). No entanto, as autoridades e sociedades desses países não compartilhavam os valores comuns de democracia e direitos humanos, o que aumentaria adicionalmente as chances de paz (Dunne 2008, 230-231). Além disso, as economias de ambos os países estavam longe do livre mercado. No entanto, a integração do mercado, o desenvolvimento econômico e a comunidade de interesses econômicos são importantes fatores estabilizadores (Gartzke 2007, 174-175). O estreitamento das relações econômicas e o aumento da interdependência, trazendo benefícios a todos os participantes dos processos econômicos, podem contribuir para uma redução significativa do risco de uma guerra entre eles, bem como para a instabilidade interna em países individuais.

Nas duas primeiras décadas do século 21, dois valores - paz e desenvolvimento - permaneceram imutáveis *leitmotivs* da política interna e externa da China. Os objetivos estratégicos básicos do Império Médio também eram invioláveis. Na dimensão interna, tratava-se da manutenção da estabilidade e do desenvolvimento econômico e social. Na dimensão externa, foi manter a paz e reforçar a cooperação internacional amistosa com todos os países, a fim de obter benefícios mútuos. Os livros brancos de defesa da RPC subsequentes incluíram muitos outros objetivos persistentes que foram cada vez mais enfatizados. A abordagem da China à segurança do Afeganistão foi mais significativamente condicionada pelos seguintes objetivos (Escritório de Informação do Conselho de Estado da República Popular da China 2000, 2002, 2004, 2006, 2009, 2011, 2013, 2015, 2019):

- construir um sistema de segurança multipolar em oposição à posição hegemônica dos Estados Unidos;
- limitar a influência dos Estados Unidos na vizinhança da China;
- contrariar os fenômenos de terrorismo, extremismo e separatismo;
- combater o crime organizado, incluindo o crime relacionado com as drogas;

- defender a soberania do Estado e a não ingerência nos assuntos internos dos Estados;
- respeitando a diversidade dos sistemas políticos e socioeconômicos;
- promover a cooperação econômica, o comércio e a integração do mercado;
- fortalecimento das Nações Unidas;
- promover o diálogo e a cooperação diplomática entre os Estados e desenvolver a confiança mútua;
- resolução pacífica de conflitos e disputas internacionais;
- desenvolvimento das forças armadas para garantir a própria segurança, defender os próprios interesses e apoiar a paz internacional;
- garantir o acesso aos recursos naturais, incluindo recursos energéticos;
- eliminar o fosso de desenvolvimento entre os países.

De acordo com James Dobbins, a ordem das prioridades da China em relação ao Afeganistão era a seguinte (Dobbins 2014, 164):

- eliminar a presença militar dos países ocidentais, principalmente dos Estados Unidos, do Afeganistão e da Ásia Central;
- travar o desenvolvimento do extremismo e do terrorismo na região e, sobretudo, impedir que estas organizações apoiem os uigures na província de Xinjiang;
- apoiar o Paquistão amigo da China e isolando-o da instabilidade do Afeganistão;
- limitar a influência da Rússia e da Índia na Ásia Central;
- garantir o acesso aos recursos naturais do Afeganistão, incluindo gás natural e metais;
- fortalecer o papel da Organização de Cooperação de Xangai (SCO) na região.

Os objetivos e prioridades acima mencionados requerem alguns esclarecimentos. Em primeiro lugar, a eliminação da presença militar dos países da OTAN do Afeganistão dizia respeito a uma perspectiva de tempo mais longo. A OTAN, principalmente os Estados Unidos, era a única entidade externa que poderia fortalecer a segurança e a estabilidade do Afeganistão. Isso se deveu à prontidão muito maior dos EUA do que outros países para usar no Afeganistão seu próprio (enorme) potencial político, militar e econômico. O problema, porém, foi a eficácia limitada da estratégia implementada por Washington naquele país. Como mencionado anteriormente, as atividades da coalizão liderada pelos EUA estavam focadas no combate ao extremismo e ao terrorismo no Afeganistão. Seus esforços levaram à estabilização temporária

e relativa de algumas regiões do país e permitiram que a China começasse a investir. Pequim, no entanto, estava ciente de que seu “passeio” no Afeganistão não poderia continuar indefinidamente. Também não acreditava na capacidade dos EUA de trazer paz duradoura a esse país. Além disso, no contexto de intensificação da rivalidade estratégica global, a China mostrou-se relutante à presença permanente política, econômica e, sobretudo, militar de seu principal concorrente no Afeganistão.

O terrorismo internacional é uma das principais ameaças à China, ao lado da política hegemônica dos Estados Unidos. Pequim conscientemente liga isso ao fenômeno do separatismo que ameaça a província de Xinjiang, bem como à questão do crescimento econômico desequilibrado. Ao contrário dos EUA, a China prefere ações preventivas multilaterais com o uso de organizações regionais políticas, econômicas e militares. Essas organizações abordam, entre outros, o problema do chamado terrorismo econômico destinado a restringir o comércio internacional (Lanteigne 2016, 116). Em termos de crime organizado, a China também tem sentido cada vez mais os efeitos negativos do desenvolvimento da indústria de drogas afegã. O Afeganistão tornou-se o segundo maior fornecedor de drogas para o povo chinês depois do Sudeste Asiático. A principal rota de contrabando de drogas afegãs para a China é a Rodovia Karakoram da cidade paquistanesa de Gilgit para a cidade chinesa de Kashgar e mais adiante para Urumqi - a capital da província de Xinjiang, e de lá para a costa leste do país. Rotas alternativas passam pelos territórios do Tajiquistão e Quirguistão. Afetam principalmente a sensível província de Xinjiang. No exemplo de 2006, 14 criminosos foram presos e 65 toneladas de heroína foram apreendidas e, um ano depois, 29 criminosos e 147 toneladas de heroína foram apreendidos (Głogowski 2013, 267).

A RPC está desenvolvendo ativamente a cooperação política, econômica e, em certa medida, militar com os países da região. A economia é a prioridade e a posição econômica dominante é o objetivo principal. A China consegue isso graças às oportunidades de investimento, um sistema de incentivos, bem como a prontidão para cooperar com qualquer parceiro estatal, independentemente de seu sistema político. Conforme indicado, a China deseja manter a paz e a estabilidade internacionais para que possa sustentar o desenvolvimento de sua própria economia orientada para a exportação. Por isso, Pequim apoia os processos de paz na região com métodos brandos. Trata as soluções diplomáticas e as atividades econômicas como prioridades. Utilizar o fator militar ocorre apenas como último recurso e de acordo com os princípios das Nações Unidas como a não ingerência nos assuntos internos. Este *modus operandi* também foi usado na abordagem da

RPC ao Afeganistão. A China conduziu animadas consultas políticas com o Afeganistão, bem como implementou investimentos multibilionários no setor de mineração. Isso permitiu que a China diversificasse o fornecimento de matérias-primas individuais e que o Afeganistão fosse um importante impulso de desenvolvimento. O desenvolvimento econômico acelerado se traduziria nos processos de estabilização do Estado. Entre os maiores investimentos da China no Afeganistão estão a mina de cobre Mes Aynak na província de Logar e os campos de petróleo e gás natural na bacia de Amu Darya nas províncias de Sar-e Pol e Faryab. A China tem concorrentes na região cuja influência está tentando limitar. Além dos Estados Unidos mencionados, trata-se principalmente da Índia, mas também da Rússia, que aparentemente é amiga da China.

Atuando de acordo com os objetivos e prioridades anteriormente indicados, a RPC promoveu uma política de reconciliação nacional no Afeganistão, que foi fundamental para o processo de paz. A motivação de Pequim nesse sentido resultou de dois complexos básicos. Primeiro, os líderes do PCC acreditavam que o Talibã não poderia ser derrotado pelas armas. Segundo, eles sabiam que o movimento poderia se sustentar no cenário político e militar afegão por muito tempo. Uma abordagem equilibrada ao Talibã era proteger a China se eles recuperassem o poder. Por isso, Pequim não tentou interferir nos assuntos internos do Afeganistão, especialmente para impor soluções sistêmicas. A força da China como intermediária era que as partes em conflito a viam como um parceiro relativamente neutro. Não existem atritos históricos nas relações entre a China e o Afeganistão. Além disso, a China tem uma influência significativa no governo do Paquistão, que é o lar do Talibã (Gajda 2015, 5). Na fase inicial das negociações, Pequim gozava de maior confiança das partes do que os EUA ou a Rússia (Gacek 2013, 101). O enviado especial da RPC ao Afeganistão, Sun Yuxi, reuniu-se várias vezes com representantes do Talibã em Peshawar, Paquistão. Também a delegação talibã de Doha (Qatar), liderada por Qari Din Mohammad, visitou a China. Eles falaram sobre o chamado Processo de Istambul (Szcudlik-Tatar, 2014, 5), que será discutido mais adiante. Em maio de 2015, as autoridades chinesas também organizaram conversas confidenciais entre autoridades afegãs e líderes talibãs em Urumqi, Xinjiang (Curtis 2016). Mesmo que tais iniciativas de paz fossem apenas parcialmente bem-sucedidas, elas ainda poderiam ter um importante efeito estabilizador na segurança do Afeganistão (Gudalov 2016, 160).

Em junho de 2021, a China apresentou seu Plano Inclusivo de 8 Pontos para a Reconciliação Nacional do Afeganistão. Em 28 de julho de 2021, em Tianjin, o Ministro das Relações Exteriores - Wang Yi se reuniu



com a delegação talibã liderada pelo chefe do comitê político do Talibã afegão - Mullah Abdul Ghani Baradar. O Talibã garantiu a seu parceiro que não permitiria nenhuma ação prejudicial à China. Após a tomada de Cabul pelo Talibã, o porta-voz do Ministério das Relações Exteriores, Hua Chunying, disse: “Estamos prontos para continuar a desenvolver boa vizinhança e cooperação amistosa com o Afeganistão e desempenhar um papel construtivo na paz e reconstrução do Afeganistão”. Ela também expressou sua satisfação com a abertura do Talibã à cooperação com a China e a esperança de construir uma ampla representação política, combater o terrorismo e proteger civis (Foreign Ministry Spokesperson 2021).

## Cooperação Bilateral entre China e Afeganistão para Segurança

Logo após a tomada de posse do Governo de Transição do Afeganistão em janeiro de 2002, o Presidente Hamid Karzai (12.2001-09.2014) fez uma visita a Pequim. Um mês depois, a China reabriu sua embaixada em Cabul. Em 22 de dezembro de 2002, a China, juntamente com outros estados na fronteira com o Afeganistão, assinou a Declaração de Cabul sobre Boas Relações de Vizinhaça. Os signatários se comprometeram a respeitar a integridade territorial e a independência política do Afeganistão, apoiar o processo de paz naquele país, tomar medidas para estabilizar a região, combater o terrorismo, o extremismo e o contrabando de drogas e ajudar na reconstrução do Afeganistão (Kabul Declaration 2002).

Nos anos seguintes, Hamid Karzai, que foi presidente e chefe de governo, visitou a China várias vezes, mas nenhuma visita de retorno ocorreu em um nível político tão alto. Durante a reunião em Pequim em 19 de junho de 2006, o Presidente Karzai e o Presidente Hu Jintao (03.2003-03.2013) assinaram o Tratado de Amizade, Cooperação e Boa Vizinhaça China-Afeganistão. Entre os muitos aspectos da preocupação comum, a segurança e a cooperação econômica foram tratadas como prioridade. Na área de segurança, as partes declararam cooperação para combater o terrorismo, o separatismo, o crime organizado e o contrabando de drogas (Joint Statement 2006).

Em 24 de março de 2010, o presidente do Afeganistão iniciou outra visita de três dias a Pequim. Durante o mesmo, foram assinados três importantes acordos que regulam as relações afegãs-chinesas, nomeadamente o Acordo de Cooperação Económica e Técnica, a Carta de Permuta sobre o Programa de Formação e a Carta de Permuta sobre a Concessão de Tratamento Tarifário Especial Preferencial a Certas Mercadorias Originadas no Afeganistão e

Exportadas para o China (China-Afghanistan Relations 2011).

Durante a reunião em Pequim em 8 de junho de 2012, os presidentes dos estados decidiram levantar a importância das relações bilaterais assinando a Declaração Conjunta sobre o Estabelecimento de Parceria Estratégica e Cooperativa. O presidente Hu fez uma promessa de cooperação amistosa de longo prazo com o Afeganistão, contribuindo para o desenvolvimento de laços bilaterais e assistência. Segundo ele, a cooperação e a ajuda ao Afeganistão deveriam resultar de interesses fundamentais comuns e traduzir-se no fortalecimento da paz, estabilidade e desenvolvimento regional e mundial. A cooperação reforçada declarada pelos líderes consistia principalmente em (Xinhua 2012):

- aprofundar a confiança política e manter contatos estreitos a altos níveis políticos, a fim de desenvolver uma comunicação estratégica sobre questões-chave;
- desenvolvimento da cooperação econômica, comercial e de investimentos, cooperando na implementação de projetos conjuntos, desenvolvimento dos setores de mineração, energia, infraestrutura e agricultura;
- fortalecer a cooperação nas áreas de educação, cultura, mídia e formação de pessoal;
- reforçar a cooperação no domínio da segurança, combatendo principalmente o terrorismo, o separatismo e o extremismo, bem como a criminalidade transnacional, incluindo a criminalidade relacionada com a droga;
- desenvolvimento de coordenação e cooperação multilateral dentro da SCO;
- prestação de ajuda à reconstrução do Afeganistão.

Durante a reunião de presidentes discutida em Pequim em 2012, Hamid Karzai reconheceu a soberania da RPC sobre Taiwan, Tibete e província de Xinjiang (Sadr 2016, 65). Foi uma expressão de apoio à unidade da China e à luta de Pequim contra todas as formas de separatismo. O presidente Karzai expressou repetidamente sua gratidão pelo compromisso da China em fornecer estabilidade, apoio e desenvolvimento ao Afeganistão (Karzai 2012). É significativo que logo após a reunião dos presidentes tenham surgido tensões diplomáticas entre os estados. O motivo foi a redução pela China da cota semanal de vistos para afegãos para apenas 50, com a introdução da exigência de convite de ‘patrocinadores’ chineses. Como consequência, os voos diretos de Cabul para Urumqi foram temporariamente suspensos.

Em 23 de setembro de 2012, Zhou Yongkang, Ministro da Segurança Pública e Secretário da Comissão Central de Assuntos Políticos e Jurídicos, voou para Cabul por quatro horas, tornando-se o líder chinês mais importante

a visitar o país desde 1966, quando Cabul foi visitada pelo Presidente Lio Shaoqi (04.1959-10.1968) (van der Kley 2014). Durante a curta estadia, foram assinados vários acordos sobre segurança e cooperação económica. O ministro chinês descreveu-os como sendo do interesse mútuo dos estados construir uma parceria estratégica que leve à paz, estabilidade e desenvolvimento na região. Ele prometeu aumentar o apoio às Forças Nacionais de Segurança Afegãs (ANSF), porque até o final de 2011 os chineses treinaram apenas cerca de 200 de seus oficiais e doaram apenas US\$ 4 milhões em equipamentos e suprimentos técnicos (Zaborowski 2012, 146). Cursos para oficiais da Polícia Nacional Afegã (ANP) foram realizados nos centros de treinamento da Polícia Armada Popular (PAP) e abrangeram habilidades policiais básicas, como controle de multidões e controle de distúrbios, condução de investigações criminais e outras funções relacionadas à manutenção da segurança interna. Instrutores do Exército de Libertação Popular (PLA) realizaram treinamento básico e avançado para oficiais do Exército Nacional Afegão (ANA) na Universidade de Nanjing (Cordesman, Hess 2014, 248).

Durante a visita em Pequim em 25-28 de setembro de 2013, o Presidente Karzai assinou com o Presidente Xi Jinping (03.2013-...) Declaração Conjunta China-Afeganistão sobre Aprofundamento da Parceria Estratégica e Cooperativa (2013). Em julho de 2014, a China nomeou o diplomata veterano Sun Yuxi como enviado especial ao Afeganistão. Entre 28 e 31 de outubro de 2014, o presidente Ashraf Ghani (09.2014-08.2021) visitou Pequim para se encontrar com o presidente Xi. Vale a pena notar que esta foi a primeira visita estrangeira do recém-empossado presidente do Afeganistão. Durante a reunião, os chefes de estado emitiram a Declaração Conjunta China-Afeganistão sobre o Aprofundamento da Parceria Estratégica e Cooperativa. Confirmou os compromissos assumidos em 2012, bem como assegurou as atividades para o desenvolvimento da cooperação política, econômica, cultural e de segurança. Na área de segurança, as partes concordaram em cooperar no combate ao Movimento Islâmico do Turquestão Oriental (ETIM), organização separatista que atua na província de Xinjiang, na fronteira com o Afeganistão, cooperando com a Al-Qaeda e o Talibã. Durante a reunião, o presidente Xi assegurou repetidamente o compromisso da China em estabilizar o Afeganistão e apoiar o processo de reconciliação nacional (Gajda 2015, 3). Declaração semelhante foi assinada em 18 de maio de 2016, em Pequim, pelos primeiros-ministros de ambos os países - Abdullah Abdullah (09.2014-03.2020) e Li Keqiang (03.2013-...) (Joint Statement 2016). Em março de 2020, os líderes da RPC parabenizaram a reeleição do presidente Ashraf Ghani e pediram a todas as partes que acelerassem o processo de reconstrução e paz no país devastado pela guerra.

No total, entre 2002 e 2009, a China forneceu ao governo afegão US\$ 180 milhões em ajuda, e entre 2010-2014 outros US\$ 75 milhões (Cordesman, Hess 2014, 247). A quantidade de apoio foi baixa, especialmente considerando o enorme potencial econômico da RPC. Para efeito de comparação, em 2002-2014, os Estados Unidos concederam ajuda ao desenvolvimento do Afeganistão no valor de mais de US\$ 107 bilhões (Special Inspector General for Afghanistan Reconstruction 2015, 77), e o principal rival da China na região - a Índia - cerca de US\$ 2 bilhões (Zafar, Upadhyay 2016, 241). Por vários anos, a China ficou em terceiro lugar no ranking de doadores do Afeganistão. Houve várias razões importantes para essa ajuda limitada ao desenvolvimento da RPC ao Afeganistão durante o período de transição. Em primeiro lugar, a China estava relutante em apoiar explicitamente as ações da coalizão antiterrorista liderada pelos americanos para não se expor às forças fundamentalistas. Em segundo lugar, as autoridades chinesas primeiro queriam descobrir quais grupos desempenhariam um papel fundamental na cena política afegã após a retirada das tropas da OTAN do país (Downs 2012, 70). Em terceiro lugar, concentraram-se em grandes investimentos econômicos destinados a trazer benefícios mútuos aos Estados. Em 2014, a China prometeu apoio adicional ao governo afegão no valor de US\$ 327 milhões ao longo de um período de quatro anos, ou seja, em 2015-2018, e em 2016 outros US\$ 100 milhões (Chia, Kalachelvam, Haiqi 2021). Depois que o Talibã recuperou o poder em 2021, a China ofereceu US\$ 31 milhões em ajuda humanitária ao Afeganistão e pediu às instituições financeiras internacionais que continuem apoiando a reconstrução do país (Tian 2021).

A China implementou vários projetos de infraestrutura e treinamento no Afeganistão. Os carros-chefes incluíram a construção do Hospital Estatal de Cabul, a renovação dos hospitais existentes em Cabul e Kandahar, a implementação de projetos de irrigação na província de Parwan, a construção de uma sala de conferências multifuncional no palácio presidencial de Cabul e a expansão da Universidade de Cabul. Além disso, um pequeno grupo de oficiais e técnicos afegãos foi treinado na China, ao lado dos oficiais mencionados (Zhao 2012, 6).

## **Cooperação da China com Atores Externos para a Segurança do Afeganistão**

O Para atingir o objetivo estratégico de construir um ambiente de segurança estável e previsível em sua vizinhança, a China está realizando uma série de iniciativas de cooperação multilateral e bilateral (Kizekova 2016,

142). A melhor solução para a RPC poderia ser a identificação, junto com outras potências globais e regionais, de áreas de ameaças comuns e possíveis espaços de cooperação. A cooperação das grandes potências no Afeganistão no Afeganistão consistiria no uso de várias ferramentas e vantagens para combater os problemas de segurança (Hoyt 2016, 119). No entanto, foi muito difícil para esses poderes negociar um consenso sobre esse assunto, devido aos interesses diversificados e à crescente rivalidade, nas áreas econômica, política e militar (Qassem 2009, 157).

Como membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a RPC considera esta entidade fundamental para decidir sobre a abordagem da comunidade internacional à questão da segurança do Afeganistão. Por esta razão, a China está ativamente envolvida nos trabalhos sobre as resoluções temáticas desta instituição. Além disso, no fórum de outros órgãos da ONU, Pequim representa um Afeganistão soberano e independente, que decide sobre seu próprio futuro, é estável e livre de terrorismo.

Para a RPC, a questão da segurança do Afeganistão é importante no contexto das estruturas de cooperação regional e canais de consulta. Em 1996, quando o Talibã assumiu o poder no Afeganistão, foram criados os chamados Cinco de Xangai, incluindo China, Cazaquistão, Quirguistão, Rússia e Tadjiquistão. Uma das razões mais importantes para a sua nomeação foi a ameaça representada pelo regime islâmico do Afeganistão. Nos anos seguintes, esses países expressaram em declarações conjuntas sua profunda preocupação com a situação no Afeganistão, incluindo, em particular, o apoio do Talibã à Al-Qaeda. Em 15 de junho de 2001, na cúpula de Xangai, a cooperação dos países foi institucionalizada por meio da criação da Organização de Cooperação de Xangai (SCO). A organização também se juntaram os países vizinhos do Afeganistão - Uzbequistão (2001), Paquistão (2017) e Índia (2017).

Uma série de convenções de segurança foram desenvolvidas dentro da SCO. Na cúpula inaugural em 2001, os Estados membros assinaram a Convenção de Xangai sobre Combate ao Terrorismo, Separatismo e Extremismo (Convenção de Xangai, 2001), que entrou formalmente em vigor em 29 de março de 2003. No ano seguinte, em 17 de junho de 2004, um órgão permanente da SCO chamado Estrutura Antiterrorista Regional (RATS) foi estabelecido em Tashkent. Concentra-se no combate ao terrorismo, separatismo e extremismo. Principalmente atua como uma plataforma para a troca de informações entre os membros da SCO sobre organizações e pessoas envolvidas em terrorismo. Até mesmo transformar a SCO em uma aliança militar foi considerado. No entanto, tornou-se muito menos provável quando a Índia e o Paquistão, em conflito, conquistaram a adesão plena. Vale a pena

notar que esses países, além da RPC, têm a maior influência na situação do Afeganistão entre os países asiáticos.

A SCO seguiu uma política para o Afeganistão diferente da OTAN. Não se engajou militarmente, mas concentrou-se em atividades diplomáticas, econômicas e humanitárias, que deveriam impulsionar o processo de paz. Além disso, sublinhou o papel de liderança das Nações Unidas no Afeganistão em cada área de ação. Os membros da SCO são a favor de um Afeganistão neutro e livre de terroristas, cujo povo possa escolher seu próprio regime e que mantenha relações adequadas com seus vizinhos. Em 2006, a SCO estabeleceu um grupo de contato especial que consultou as autoridades do Afeganistão em questões de segurança e desenvolvimento. Em março de 2009, a Conferência Especial da SCO sobre o Afeganistão foi realizada em Moscou, onde foi publicado o Plano de Ação SCO-Afeganistão, que pedia operações conjuntas no combate ao terrorismo e ao crime organizado, incluindo o tráfico de drogas (Jureńczyk, Nicharapova 2020, 168). Na cúpula da SCO em Pequim, em 6 de junho de 2012, o Afeganistão recebeu o *status* de observador na organização. A adesão plena à SCO seria possível após a estabilização do país. A desestabilização progressiva do Afeganistão fez com que os países da SCO tomassem medidas cada vez mais ativas para fortalecer as forças de segurança afegãs e combater o terrorismo e o contrabando de drogas daquele país (Zhao 2012, 11). Oficialmente, os membros da SCO se distanciaram da possibilidade de enviar contingentes militares para o Afeganistão, mas extraoficialmente eles também precisavam estar preparados para tal cenário. A SCO aspira a se tornar uma organização chave de segurança na região devido ao seu potencial político, econômico e militar (Arduino 2017, 133). Uma das manifestações de cooperação entre os membros da SCO no campo da segurança é a organização de exercícios militares conjuntos cada vez maiores, preparando parceiros para realizar missões conjuntas de paz. Isso não muda o fato de que, para a China, o estreitamento da cooperação econômica na região é de fundamental importância dentro da SCO.

Em outubro de 2007, em Dushanbe, a SCO assinou um acordo com a Organização do Tratado de Segurança Coletiva (CSTO) estabelecida por iniciativa da Rússia. Tratava-se da cooperação no domínio da segurança, da luta contra o terrorismo, a criminalidade e o tráfico ilícito de droga. Dentro dessas áreas de cooperação, o Afeganistão é de particular interesse, pois é o principal exportador de instabilidade na região. O principal eixo de cooperação dentro da SCO e entre SCO e CSTO são, por sua vez, as relações das grandes potências - China e Rússia. O vácuo de segurança que surgiu após a retirada da ISAF do Afeganistão forçou seus vizinhos a intensificar a cooperação regional para garantir a segurança das fronteiras estatais e a proteção contra o

terrorismo internacional. No entanto, nem o SCO nem o CSTO foram capazes de preencher esse vácuo (Arduino 2017, 219).

A RPC também está envolvida em outras formas de cooperação multilateral para a segurança do Afeganistão. Em 2 de novembro de 2011, foi estabelecido um fórum regional para a segurança do Afeganistão chamado *Heart of Asia*. Devido ao local da reunião de fundação, é comumente conhecido como o Processo de Istambul. Formalmente, o *Heart of Asia* é uma organização intergovernamental em nível ministerial, que inclui 14 Estados do continente. Baseia-se em três pilares, nomeadamente consulta política, medidas de construção de confiança e cooperação com organizações regionais (Coração da Ásia). Esta organização tenta principalmente alcançar a reconciliação nacional entre os afegãos. No entanto, os temas discutidos durante as reuniões são muito diversos e incluem, entre outros, extremismo e terrorismo, tráfico de drogas, migração, pobreza, cooperação para o desenvolvimento e outros. Os ministros dos Estados membros do Processo de Istambul conversam em reuniões anuais, a quarta das quais ocorreu em 21 de outubro de 2014 em Pequim.

A RPC também participa do Grupo de Coordenação Quadrilátero, que inclui representantes dos Estados Unidos, China, Paquistão e Afeganistão. O grupo se reuniu pela primeira vez em junho de 2015. As conversas nessa configuração enfrentaram inúmeras barreiras. O principal fator foi a relutância do Talibã em se envolver em negociações. Além disso, houve sérias animosidades entre os representantes de Cabul e Islamabad. As relações entre os estados estão sobrecarregadas, entre outras coisas, por muitos anos de disputa territorial e pelos esforços dos pashtuns paquistaneses para conquistar a independência. Houve também problemas adicionais, incluindo acusações do Paquistão contra o Afeganistão de não agir para conter os ataques do Talibã de seu território (Wong, Jolly 2016). Também há desconfiança mútua entre a China e os Estados Unidos devido a múltiplos interesses regionais e globais conflitantes. Vale ressaltar, no entanto, que como parte da iniciativa, Pequim decidiu formalmente pela primeira vez cooperar com Washington para a segurança do Afeganistão. Anteriormente, a RPC evitava qualquer cooperação com os EUA nesse sentido, para não antagonizar grupos extremistas islâmicos. China e Paquistão apresentam posições muito mais próximas, mas também há vários mal-entendidos entre eles (Putz 2017).

A liderança do PCC percebe que o Paquistão é a chave para um papel mais importante para a RPC no sul da Ásia. Seus líderes também sabem que o país e as organizações localizadas em seu território têm um impacto particular na situação do Afeganistão. Por essa razão, a iniciativa de diálogo tripartite China-Afeganistão-Paquistão está em operação desde 2012. Islamabad

pressionou Cabul a confiar mais em Pequim durante a retirada dos EUA do Afeganistão (Crane, Greenfield 2014, 308). No entanto, as autoridades em Cabul ficaram indignadas com o fato de Islamabad, com o apoio de Pequim, estar tentando interferir excessivamente em seus assuntos internos (Wong, Jolly 2016). Em 2011, as autoridades paquistanesas pediram à RPC que assumisse o papel dos EUA no Afeganistão e fornecesse apoio significativo também a si mesmos, para que pudessem se tornar independentes da ajuda americana (Cordesman, Hess 2014, 253). No entanto, as relações entre a China e o Paquistão são complicadas. Junto com o aumento do envolvimento econômico no Afeganistão, a China tentou usar o Paquistão para estabilizar o país (Lanteigne 2016, 205). Pequim esperava que Islamabad implementasse suas diretrizes sobre o Afeganistão, mas havia vários obstáculos no caminho. Um deles é a falta de controle das autoridades paquistanesas sobre grupos extremistas domésticos (Gartenstein-Ross, Trombly, Barr, 2014, 15). Isso é particularmente problemático para a China, pois os combatentes uigures são treinados no Paquistão e entram na China tanto pelo Paquistão quanto pelo Afeganistão. A China tentou convencer o Afeganistão e o Paquistão a buscar interesses de segurança comuns, particularmente na defesa contra a ameaça de combatentes ilegais (Ali 2015, 18).

A RPC também iniciou a cooperação bilateral no Afeganistão com a Índia - seu principal concorrente do sul da Ásia. Pequim foi desfavorável ao estreitamento da cooperação estratégica entre o Afeganistão e a Índia. Isso se deveu tanto às sérias tensões nas relações políticas entre a China e a Índia quanto à rivalidade econômica no Afeganistão. A China e a Índia entraram no diálogo sobre o Afeganistão pela primeira vez em abril de 2013. As partes nas negociações descreveram-no diplomaticamente como construtivo e frutífero (Zafar, Upadhyay 2016, 241). Cabul viu a China como um parceiro mais importante do que a Índia (Gajda 2015, 2). No entanto, grandes investimentos, ajuda ao desenvolvimento relativamente alta e suprimentos de equipamentos militares da Índia foram de grande importância para o Afeganistão (Miglani 2016). A cooperação indo-afegã gerou uma ansiedade ainda mais séria no Paquistão, amigo da China. Islamabad temia que os crescentes laços do país pudessem enfraquecer sua posição no conflito com a Índia pela Caxemira. As relações indo-afegãs exacerbaram as tensões nas relações afegãs-paquistanesas. Em primeiro lugar, o Afeganistão acusou o Paquistão de bloquear o trânsito de mercadorias importadas e exportadas para a Índia através do seu território (Wong, Jolly 2016). Por essas razões, a China se encontra em uma posição delicada ao falar com a Índia sobre a segurança do Afeganistão.

A RPC também participa de outras configurações de cooperação com países asiáticos, nas quais realiza conversações para a estabilização do



Afeganistão e, mais amplamente, da Ásia Meridional e Central. Entre essas iniciativas, vale destacar a cooperação no triângulo China-Índia-Rússia. Em janeiro de 2014, foi realizada uma reunião de representantes desses países em Pequim. A China também participa de consultas em formato tripartite com a Rússia e o Paquistão. A Iniciativa do Cinturão e da Rota (BRI) para construir a Nova Rota da Seda da China para a Europa, apresentada pelo presidente Xi em setembro de 2013, também visava estabilizar essas partes da Ásia. Uma das consequências importantes dessa iniciativa é fortalecer a cooperação econômica dos países asiáticos por meio do desenvolvimento de uma rede de comunicação. A generosa oferta de capital da China (o custo total do projeto pode chegar a US\$ 100 bilhões) é contribuir para aumentar a estabilidade dos países da região, inclusive intensificando seus esforços no combate ao extremismo e ao terrorismo para garantir a segurança do projeto. Isso, por sua vez, pode se traduzir em maior pressão desses países sobre o Afeganistão.

As configurações acima mostram que a RPC está pronta para consultas e cooperação com todos os países que têm impacto na situação no Afeganistão. Isso também se aplica a países com os quais têm interesses diferentes ou até conflitantes (Szcudlik-Tatar 2014, 5-6). No entanto, isso não significa automaticamente que a China seja um ator inequivocamente construtivo na região. Deve-se enfatizar que empreende essas iniciativas principalmente para proteger seus próprios interesses. Um dos motivos por trás da construção de plataformas de cooperação tão diversificadas por Pequim é tentar impedir uma integração regional que desrespeite ou seja direcionada contra seus interesses. Um exemplo dessa cooperação, que é desfavorável para a China, é o estreitamento do triângulo estratégico na linha EUA-Índia-Leste Asiático. Pequim está ciente de que a iniciativa de Washington visa equilibrar o crescimento do poder da China na Ásia (Ali 2015, 122).

## Considerações Finais

À medida que o poder da China cresce, cresce também o alcance de seus interesses. O Afeganistão está localizado na encruzilhada da Ásia Central e do Sul da Ásia, estrategicamente importante para a China. Devido à sua proximidade geográfica, a desestabilização dessas regiões pode ter consequências muito mais graves para a China do que para os remotos Estados Unidos. Ao contrário dos EUA e da OTAN, no entanto, a China não decidiu enviar suas forças armadas ao Afeganistão. Promove a segurança no Afeganistão usando métodos brandos, e seu principal motivo é sua

própria segurança e desenvolvimento. Pequim assumiu que a aceleração do desenvolvimento e da cooperação econômica com o Afeganistão se traduziria na estabilização de sua segurança. O Afeganistão tem depósitos significativos de recursos naturais que potencialmente dão à RPC uma oportunidade de diversificar seus suprimentos. Por esse motivo, a China fez investimentos voltados para a extração de matérias-primas afegãs, com esforços mínimos para manter a segurança do país. A RPC vem desenvolvendo cooperação econômica com o Afeganistão, com base em um modelo previamente testado na África e na América Latina. Pressupõe ganhar influência política por meio da cooperação econômica, incluindo investimentos, ao mesmo tempo que se abstém de interferir nos assuntos internos. Dentro do modelo, a estabilidade interna e a prosperidade econômica são muito mais importantes do que as liberdades civis. Além do significativo investimento de capital no setor de mineração no Afeganistão, no entanto, a contribuição da China para o seu desenvolvimento tem sido limitada. Isso mostra um nível relativamente baixo de fundos de ajuda fornecidos, bem como projetos de infraestrutura implementados.

Pequim esperava o sucesso do chamado Processo de Cabul, ou seja, a efetiva aquisição da OTAN pelo governo afegão de total responsabilidade pela administração e manutenção da segurança no país. As esperanças da comunidade internacional de que a China assumisse uma parte mais séria da responsabilidade política e militar pela segurança do Afeganistão eram, no entanto, uma ilusão. Pequim não queria ser identificada com a missão da OTAN no Afeganistão e salvar o Ocidente do fogo afegão. O Processo de Cabul provou ser ineficaz por várias razões. Em parte porque a ANSF não estava adequadamente preparada para proteger os cidadãos. Assim, a RPC também aderiu ao processo da sua formação, ainda que de forma limitada.

Pequim vinha conduzindo um diálogo político intensificado, principalmente multilateral, para a segurança do Afeganistão, mas sem sucessos visíveis. A reconquista do poder pelo Talibã mudou completamente as circunstâncias da cooperação da China com o Afeganistão. Questiona-se a possibilidade de implementação de investimentos no setor de mineração e cooperação comercial. Mais importante, a implementação do projeto emblemático da BRI foi colocada em risco, pois passará nas proximidades do Afeganistão, inclusive pelo Corredor Econômico China-Paquistão (CPEC), no qual a China investiu cerca de US\$ 60 bilhões e por meio de os países da Ásia Central. A China está igualmente preocupada com o possível aumento do poder de grupos extremistas e terroristas na região.

Depois que o Talibã retomou o poder no Afeganistão, a China precisa desempenhar um papel mais ativo na região para proteger seus interesses

econômicos. Não se pode descartar que, em um futuro distante, potências como a China e a Índia, e talvez até a Rússia, desempenhem um papel internacional fundamental na segurança, estabilidade e desenvolvimento do Afeganistão. No entanto, pode-se supor que a China continuará a evitar o envolvimento militar, inclusive na forma de operações antiterroristas contra os separatistas uigures escondidos naquele país. No entanto, Pequim agirá de forma decisiva para impedir que terroristas da Al-Qaeda, ISIS, ETIM e outras organizações entrem em território chinês a partir do Afeganistão.

## REFERÊNCIAS

- Ali, Mahmud. 2015. "Peripheral South Asian response to the growth of Chinese power: a study in dichotomous continuity". In: Li, Mingjiang; Kemburi, Kalyan (ed.). *China's Power and Asian Security*, 111-138, London-New York: Routledge.
- Ali, Mahmud. 2008. *U.S.-China Relations in the "Asia-Pacific" Century*. New York: Palgrave Macmillan.
- Arduino, Alessandro. 2017. "China's Energy Interests in Central Asia and Russia: Symbiotic distrust and striking a balance between cooperation and confrontation". In: Wu, Fengshi; Zhang, Hongzhou (ed.). *China's Global Quest for Resources: Energy, Food and Water*, 119-137, London-New York.
- Cheema, Perviaz I. 2002. "The China Threat: a View from Pakistan". In: Yee, Herbert; Storey, Ian (ed.). *The China Threat: Perceptions, Myths and Reality*, 302-311, London-New York.
- Chia, Claudia; Kunthavi, Kalachelvam; Zheng, Haiqi. 2021. *Exploring China's Afghanistan Policy*. Available on: <https://www.isas.nus.edu.sg/papers/exploring-chinas-afghanistan-policy/>. access on: January, 11 2022.
- China-Afghanistan *Joint Statement on Deepening Strategic and Cooperative Partnership*. 2013. 14 October. Beijing. Available on: <https://www.mfa.gov.cn/ce/ceaf//eng/zagx/asdfg/t1099241.htm>. access on: December, 15 2021.
- China--Afghanistan *Relations in 2010*. 2011. 30 August. Beijing. Available on: <https://www.mfa.gov.cn/ce/ceaf//eng/zagx/introduction/t853112.htm>. access on: December, 15 2021.
- Xinhua, China, *Afghanistan upgrades ties to strategic partnership*. 2012. 8 June. Beijing. Available on: [http://www.china.org.cn/world/2012-06/08/content\\_25598894.htm](http://www.china.org.cn/world/2012-06/08/content_25598894.htm). access on: December, 24 2021.

- Cordesman, Anthony; Hess, Ashley. 2014. “Transition in the Afghanistan-Pakistan War and the uncertain role of the great powers”. In: Krause, Joachim; Mallory, Charles K. (ed.). *Afghanistan, Pakistan and Strategic Change*. Adjusting Western regional policy, 237-268, London-New York: Routledge.
- Crane, Keith; Greenfield, Victoria. 2014. “The NATO drawdown: implications for Afghanistan and Pakistan”. In: Krause, Joachim; Mallory, Charles K. (ed.). *Afghanistan, Pakistan and Strategic Change*. *Adjusting Western regional policy*, 269-289, London-New York: Routledge.
- Curtis, Lisa. 2016. *China’s South Asia Strategy*. Available on: <http://www.heritage.org/testimony/chinas-south-asia-strategy>. access on: December, 24 2021.
- Denmark, Abraham M. 2015. “Growing Sino-US strategic rivalry in the Asia-Pacific”. In: Li, Mingjiang; Kemburi, Kalyan M. (ed.). *New Dynamics in US-China Relations*. Contending for the Asia-Pacific, 15-30, London-New York: Routledge.
- Dobbins, James. 2014. “Launching an Afghan peace process”. In: Krause, Joachim; Mallory, Charles K. (ed.). *Afghanistan, Pakistan and Strategic Change*. Adjusting Western regional policy, 149-170, London-New York: Routledge.
- Downs, Erica. 2012. China Buys into Afghanistan. *SAIS Review*, 32:2, 65-84.
- Dunne, Tim. 2008. “Liberalizm”. In: Baylis, John; Smith, Steve. *Globalizacja polityki światowej. Wprowadzenie do stosunków międzynarodowych*, 185-201, Kraków: Wydawnictwo Uniwersytetu Jagiellońskiego.
- Duzor, Megan. *The Cost of War*. Available on: <https://projects.voanews.com/afghanistan/timeline/>. access on: January, 5 2022.
- Foreign Ministry Spokesperson Hua Chunying’s Regular Press Conference on August 16, 2021. 2021. Available on: [http://www.china-embassy.org/eng/fyrth/202108/t20210816\\_9016557.htm](http://www.china-embassy.org/eng/fyrth/202108/t20210816_9016557.htm). access on: December, 24 2021.
- Gacek, Lukasz. 2013. *Azja Centralna w polityce energetycznej Chin*. Kraków: Wydawnictwo Uniwersytetu Jagiellońskiego.
- Gajda, Jakub. 2015. *Zaangażowanie Chin w Afganistanie – stan obecny i perspektywy*. Biuletyn Opinii FAE, 4, 2-11.
- Gartenstein-Ross, Daveed; Trombly, Daniel; Barr, Nathaniel. 2014. *Chinas Post-2014 Role in Afghanistan*. Washington: Foundation for Defense of Democracies.
- Gartzke, Erik. 2007. The Capitalist Peace. *American Journal of Political Science*,

51:1, 166-191.

- Glogowski, Aleksander. 2013. "Chiny – Pakistan – Afganistan. Nowe mocarstwo wobec starych wyzwan". In: Klosowicz, Robert; Szlachta, Bogdan; Wec Janusz J. (ed.). *Dylematy strategiczne XXI wieku. Ksilga Jubileuszowa dedykowana Profesorowi Michalowi Chorosnickiemu z okazji czterdziestolecia pracy naukowej*, 263-272, Kraków: Wydawnictwo Uniwersytetu Jagiellonskiego.
- Gudalov, Nikolay N. "Developments in Afghanistan after 2014: a perspective from Russia and its possible role". In: Harsehé, Rajen; Tripathi, Dhananjay (ed.). *Afghanistan Post-2014. Power configurations and evolving trajectories*, 150-168, New Delhi-London-New York: Routledge.
- Heart of Asia. *Istanbul Process. Pillars*. Available on: <http://hoa.gov.af/293/pillars>. access on: December, 24 2021.
- Hoyt, Timothy D. 2016. "US-China cooperation: the role of Pakistan after the death of Osama bin Laden". In: Ping, Jonathan H; McCormick, Brett (ed.). *China's Strategic Priorities*, 114-128, London-New York: Routledge.
- Information Office of the State Council of the People's Republic of China. 2000. *China's National Defense in 2000*. October. Beijing. Available on: <http://www.china.org.cn/e-white/2000/index.htm>. access on: October, 12 2021.
- Information Office of the State Council of the People's Republic of China. 2002. *China's National Defense in 2002*. December. Beijing. Available on: <http://www.china.org.cn/e-white/20021209/index.htm>. access on: October, 12 2021.
- Information Office of the State Council of the People's Republic of China. 2004. *China's National Defense in 2004*. December. Available on: <http://www.china.org.cn/e-white/20041227/index.htm>. access on: October, 12 2021.
- Information Office of the State Council of the People's Republic of China. 2006. *China's National Defense in 2006*. December. Beijing. Available on: <http://www.china.org.cn/english/features/book/194421.htm>. access on: October, 12 2021.
- Information Office of the State Council of the People's Republic of China. 2009. *China's National Defense in 2008*. January. Beijing. Available on: [http://www.china.org.cn/government/whitepaper/node\\_7060059.htm](http://www.china.org.cn/government/whitepaper/node_7060059.htm). access on: October, 12 2021.
- Information Office of the State Council of the People's Republic of China.

2011. *China's National Defense in 2010*. March. Beijing. Available on: [http://www.china.org.cn/government/whitepaper/node\\_7114675.htm](http://www.china.org.cn/government/whitepaper/node_7114675.htm). access on: October, 12 2021.
- Information Office of the State Council of the People's Republic of China. 2013. *The Diversified Employment of China's Armed Forces*. Beijing. Available on: [http://english.www.gov.cn/archive/white\\_paper/2014/08/23/content\\_281474982986506.htm](http://english.www.gov.cn/archive/white_paper/2014/08/23/content_281474982986506.htm). access on: December, 25 2021.
- Information Office of the State Council of the People's Republic of China. 2015. *China's Military Strategy*. Beijing. Available on: [http://english.www.gov.cn/archive/white\\_paper/2015/05/27/content\\_281475115610833.htm](http://english.www.gov.cn/archive/white_paper/2015/05/27/content_281475115610833.htm). access on: October, 12 2021.
- Information Office of the State Council of the People's Republic of China. 2019. *China's National Defense in the New Era*. 2019. December. Beijing. Available on: [https://english.www.gov.cn/archive/whitepaper/2019/07/24/content\\_WS5d3941ddc6d08408f502283d.html](https://english.www.gov.cn/archive/whitepaper/2019/07/24/content_WS5d3941ddc6d08408f502283d.html). access on: October, 12 2021.
- Joint Statement Between the People's Republic of China and the Islamic Republic of Afghanistan. 2006. 20 June. Beijing, Available on: [https://www.fmprc.gov.cn/mfa\\_eng/wjdt\\_665385/2649\\_665393/201605/t20160530\\_679461.html](https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjdt_665385/2649_665393/201605/t20160530_679461.html). access on: December, 15 2021.
- Jureńczyk, Łukasz; Nicharapova, Jildiz. 2020. Attitudes of NATO, SCO and CSTO towards the situation in Afghanistan after 2014. *Austral: Brazilian Journal of Strategy and International Relations*, 9:17, 155-179.
- Kabul Declaration on *Good-neighbourly Relations*. 2002, 22 December. Kabul. Available on: <http://reliefweb.int/report/afghanistan/afghanistan-kabul-declaration-good-neighbourly-relations-s20021416>. access on: December, 15 2021.
- Kam, Stefanie. 2017. “China and the threat of terrorism”. In: Boon, Hoo T. (ed.). *Chinese Foreign Policy Under Xi*, 189-204, London-New York: Routledge.
- Karzai, Hamid. 2012. *Address at the China University of Foreign Affairs*. Office of the President. Beijing.
- Kizekova, Alica. 2016. “Chinese regionalism: balancing and constraint in the Shanghai Cooperation Organization”. In: Ping, Jonathan H; McCormick, Brett (ed.). *China's Strategic Priorities*, 129-147, London-New York: Routledge.
- Lanteigne, Marc. 2016. *Chinese Foreign Policy*. An Introduction. Third Edition. London-New York: Routledge.

- Levi-Sanchez, Suzanne. 2017. *The Afghan-Central Asia Borderland*. The state and local leaders. London-New York: Routledge.
- Medcalf, Rory. 2015. "Canberra's Beijing balance: Australian perceptions of and responses to Chinese power". In: Li, Mingjiang; Kemburi, Kalyan M. (ed.). *China's Power and Asian Security*, 163-180, London-New York: Routledge.
- Miglani, Sanjeev. 2016. *Afghans push India for more arms, despite Pakistan's wary eye*. Available on: <http://www.reuters.com/article/us-afghanistan-india-defence-idUSKCN10X29W>. access on: December 25, 2021.
- Opacin, Nerkez. 2015. *China's Role in Afghanistan*. A Capitalist Peace Approach. Hamburg: Anchor Academic Publishing.
- Putz, Catherine. 2017. *Can China Help Mediate Between Afghanistan and Pakistan?* Available on: <http://thediplomat.com/2017/06/can-china-help-mediate-between-afghanistan-and-pakistan/>. access on: December 25, 2021.
- Qassem, Ahmad S. 2009. *Afghanistan's Political Stability*. A Dream Unrealised. London-New York: Routledge.
- Roberts, Guy. 2015. *US Foreign Policy and China*. Bush's first term. London-New York: Routledge.
- Ruttig, Thomas. 2014. "Afghanistan between democratization and civil war: post-2014 scenarios". In: Krause, Joachim; Mallory, Charles K. (ed.). *Afghanistan, Pakistan and Strategic Change*. Adjusting Western regional policy, 171-200, London-New York: Routledge.
- Sadr, Omar. 2016. "Rethinking stability for Afghanistan: socializing Great Powers in a multilateral order". In: Harseh, Rajen; Tripathi, Dhananjay (ed.). *Afghanistan Post-2014*. Power configurations and evolving trajectories, 50-70, New Delhi-London-New York: Routledge.
- Shanghai Convention on Combating Terrorism, *Separatism and Extremism*. 2001. 12 June. Shanghai, Available on: <http://www.refworld.org/docid/49f5d9f92.html>. access on: December, 15 2021.
- Special Inspector General for Afghanistan Reconstruction. 2015. *Quarterly Report to the United States Congress*. Virginia. Available on: <http://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/2015-01-30qr.pdf>. access on: December, 15 2021.
- Szczudlik-Tatar, Justyna. 2014. Towards More Robust Diplomacy with „Chinese Characteristics”. *PISM Strategic File*, 22, 1-6.
- Tai, Michael. 2015. *US-China Relations in the Twenty-First Century*. A question of trust. London-New York: Routledge.

- Tian, Yew Lun. 2021. *China urges World Bank, IMF to help Afghanistan*. Available on: <https://www.reuters.com/world/asia-pacific/china-urges-world-bank-imf-help-afghanistan-2021-10-28/>, 29 XII 2021. access on: December, 25 2021.
- van der Kley, Dirk. 2014. *China's foreign policy in Afghanistan*. Available on: [https://www.lowyinstitute.org/sites/default/files/chinas-foreign-policy-in-afghanistan\\_o.pdf](https://www.lowyinstitute.org/sites/default/files/chinas-foreign-policy-in-afghanistan_o.pdf). access on: December, 25 2021.
- Wong, Edward; Jolly, David. 2016. *China Considers Larger Role in Afghanistan Peace Process*. Available on: [https://www.nytimes.com/2016/01/25/world/asia/china-considers-larger-role-in-afghanistan-peace-process.html?\\_r=0](https://www.nytimes.com/2016/01/25/world/asia/china-considers-larger-role-in-afghanistan-peace-process.html?_r=0). access on: December, 25 2021.
- Yuan, Jingdong. 2015. “The rise of China and the emerging order in Asia”. In: Li, Mingjiang; Kemburi, Kalyan M. (ed.). *China's Power and Asian Security*, 25-41, London-New York: Routledge.
- Zaborowski, Wojciech. 2012. Polityka Chin wobec Afganistanu w kontekście zakoszczenia misji ISAF. *Bezpieczeństwo Narodowe*, 3-4, 141-164.
- Zafar, Athar; Upadhyay, Dinoj K. 2016. “Drawdown from Afghanistan: implications for India's engagement in Central Asia”. In: Harsehé, Rajen; Tripathi, Dhananjay (ed.). *Afghanistan Post-2014*. Power configurations and evolving trajectories, 231-244. New Delhi-London-New York: Routledge.
- Zhao, Huasheng. 2012. China and Afghanistan. China's Interests, Stances, and Perspectives. *A Report of the CSIS Russia and Eurasia Program*. Washington: Center for Strategic and International Studies.



## RESUMO

O objetivo do artigo é apresentar e avaliar o envolvimento da República Popular da China na estabilização da segurança do Afeganistão durante a transição democrática. Os esforços da China para garantir o Afeganistão foram muito limitados, pois não queria apoiar a posição dos EUA no país e antagonizar grupos extremistas. Suas relações com o Afeganistão estavam centradas em questões econômicas que resultaram de seus próprios objetivos e interesses. A China esperava que os investimentos e o comércio intensificados e, portanto, o crescimento econômico, se traduzissem positivamente na estabilidade e segurança do Afeganistão.

## PALAVRAS-CHAVE

Afeganistão; República Popular da China; Segurança; Estabilidade.

*Recebido em 21 de janeiro de 2022*

*Aprovado em 19 de abril de 2022*

*Traduzido por Eduardo Secchi*